

Comissão Parlamentar considera que barragem do Alvito pode ajudar a regularizar o caudal do Tejo

2 de Abril, 2019

O presidente da Comissão Parlamentar do Ambiente afirmou que a grande vantagem da eventual construção da barragem do Alvito passa pela possibilidade de poder ajudar a regularizar o caudal do rio Tejo, mantendo-o equilibrado e constante.

“Talvez a principal vantagem que exista em relação à possibilidade da construção da barragem [Alvito] – e isso tem que ser muito bem estudado – é a possibilidade de ajudar a regularizar o caudal do Tejo, ajudar a manter caudais equilibrados, constantes e ecológicos e contribuir para que o avanço da cunha salina [no rio] não tenha tanto efeito”, explicou à agência Lusa Pedro Soares.

O deputado do Bloco de Esquerda (BE) e presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação falava à margem da reunião que decorreu na Câmara de Vila Velha de Ródão, no âmbito da visita de dois dias a municípios situados ao longo do rio Tejo.

Pedro Soares realçou ainda a importância que a construção da barragem do Alvito pode ter como reserva de água e na ajuda ao reabastecimento dos aquíferos subterrâneos.

“A vantagem principal, que tem que ser equacionada em relação ao Alvito, tem que ser a este nível e não outro qualquer, como a produção elétrica ou até mesmo em relação à agricultura que terá as suas vantagens. Mas não pode ser esse o objetivo principal”, sustentou.

Adiantou ainda que a reunião que decorreu em Castelo Branco procurou cruzar as diversas abordagens da barragem do Alvito.

“O que percebemos é que o projeto inicial do Alvito, que era relacionado apenas com o aproveitamento hidroelétrico, está ultrapassado. Neste momento, não se justifica uma barragem que tem sempre um impacto territorial e ambiental significativo. Não se justifica só por razões de produção de energia elétrica”, afirmou.

Segundo este responsável, atualmente, as energias alternativas são muito mais vantajosas do que a hidroelétrica e a questão que se coloca passa por outros tipos de utilização que podem ser dados à barragem.

“Aquilo que concluímos é que é preciso ponderar bem os impactos ambientais e territoriais. E parece que sobre essa matéria há uma ponderação já feita através de um estudo de avaliação feito anteriormente”, frisou.

Pedro Soares disse ainda que da reunião saiu a ideia de que o rio Tejo tem que ser encarado como um sistema ambiental e ecológico próprio, que tem que ser preservado e tem que ter uma utilização equilibrada e não apenas como um mero recurso económico.